

ESCRITA POPULAR E IMAGENS DA EMIGRAÇÃO OITOCENTISTA PORTUGUESA: UMA ABORDAGEM ÀS CARTAS ENVIADAS DO BRASIL

Henrique Rodrigues*

I. P. Viana do Castelo

* Investigador do CEDTUR, APHVIN/GEHVID, Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Porto.

INTRODUÇÃO

As cartas da emigração ostentam um processo de organização seguidor do modelo epistolar clássico, iniciadas com identificação do local e data, com fórmulas de abertura e fecho normalizados, além do corpo onde se abordava a mais variada sorte de assuntos e questões de natureza familiar. As mais antigas, existentes no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC) e datadas de princípios dos anos sessenta do século XIX, circularam dobradas sobre o próprio suporte, servindo de sobrescrito, depois de lacradas, taxadas sem timbre e carimbadas. Algumas exibem selos, outras apenas receberam uma impressão numérica. São documentos únicos, cada um deles produzido para circulação no seio da família

Estas folhas volantes, por vezes, eram transcritas para um livro (rascunho/copiador) onde se conservava a mensagem e se controlava a teia de contactos, ficando a escrita para memória futura. Mas, apenas conseguimos aceder a dois copiadores e a cerca de três centenas de epístolas enviadas por emigrantes, embora saibamos da existência de outros repositórios epistolares. O uso destes “papéis” para fins de aquisição de licença de viagem transformou-os em documentos oficiais, ao integrarem o corpo de processos para aquisição de passaporte.

A correspondência existente no AGC, inicialmente endereçada à esposa ou outros membros do lar, serviu de prova relativamente à ausência do marido/pai, a quem a esposa ou os descendentes pretendiam associar-se, assumindo o ónus da autorização escrita do responsável pelo lar. O texto assinala a reciprocidade das escritas e os contactos permanentes de ambas as partes, aludindo a outros elos desta comunicação, muitas vezes com indicação da data das missivas recebidas ou referenciando o uso de telegramas para tornar mais céleres certas decisões.

A conservação arquivística destas peças ficou a cargo da entidade emissora do passaporte (AGC), onde se mantêm incorporadas nos respectivos maços. São, quase sempre, cartas isoladas da restante correspondência, mas delas emergem

aspectos da vida privada e do ambiente doméstico, sobre os quais o emigrante, na outra margem, dá nota da construção destas pontes, orienta, transmite instruções, opiniões ou toma decisões. Algumas assumem expressamente o papel de “carta de chamada”, quando o consorte transmite o desejo de ver a esposa junto dele ou quando o marido recorda a intenção dela sair de Portugal. Outros homens exigem que as mulheres deixem a terra e atravessem o Atlântico, impondo as regras da partida.

Estas fontes —que parecem estar desprovidas de relevo para o estudo das novas imagens da emigração, por representarem episódios momentâneos e casuísticos e por só haver uma carta, um emissor e um receptor do qual desconhecemos as reacções e respostas— são repositórios de valor inestimável sobre o universo migratório e as dinâmicas familiares. Com duas centenas de espécimes, podemos analisar transversalmente o fenómeno da diáspora na perspectiva de quem emigrou e comunicou com o lar, mas também penetrámos no processo de formação destas teias de sociabilidades, acedendo a redes micro-sociais de carácter familiar.¹ Porque cobrem um espaço geográfico de âmbito distrital (Alto Minho) e abarcam um período cronológico de meia centúria de anos, proporcionam análises sobre a evolução dos sentimentos, afectos, permutas culturais, rupturas conjugais e, acima de tudo, conduzem-nos para o seio da família, deixam-nos elementos para a história da vida privada e das mentalidades. Como, na verdade, não são escritas desintegradas de outros meios de comunicação, cada missiva corresponde a um momento de encontro entre quem embarcou, quem ficou em casa e quem usou estes elos para reforçar laços familiares e reconstituir o núcleo doméstico no Brasil oitocentista. São peças integrantes de uma cadeia de contactos permanentes, com maior ou menor intensidade de circulação destes suportes de tinta.

Ao cruzarmos o conteúdo das cartas com os dados existentes nos registos de passaportes, a primeira fonte assume maior consistência e deixa de estar vulnerável, porque os quadros de análise ganham solidez; dá a conhecer os tempos de afastamento dos actores da escrita e da leitura. Apreendemos as ligações destas dinâmicas, ou seja, descobrimos o reforço das redes de parentesco e de vizinhança, onde são triangulados apoios aos embarcados para a América.

¹ X. M. Núñez Seixas e R. Soutelo, *As cartas do destino: Unha familia galega entre dous mundos, 1919-1971*, Vigo: Galaxia, 2005, p. 35.

Se as missivas existentes nos processos de passaporte (AGC) são importantes pela variedade de assuntos tratados, outras escritas ordinárias, como os copiadores de correspondência e os maços de cartas de várias famílias, abrem espaço a outras abordagens diacrónicas centradas em torno do emissor. Mas, muitos destes frágeis papéis raramente se encontram para o século XIX porque se perderam, foram destruídos ou acabaram na fogueira.² A nossa pesquisa levou-nos à procura de fontes existentes em arquivos privados e localizámos alguns espólios, salvámos outros e incentivámos à publicação integral de um copiadador.³ Um destes *corpus* foi conservado pelos descendentes de um emigrante oriundo do meio urbano que se correspondeu com amigos, familiares e negociantes no Brasil (arquivo Malafaia), de quem se conservaram várias epístolas; outro indivíduo, Daniel Viana, nascido no meio rural, comerciante na Baía, organizou um livro onde transcreveu a maior parte das mensagens endereçadas para Portugal. O copiadador referido centra-se em torno das relações familiares e comerciais, tendo como primeiro destinatário o pai. Esta fonte reuniu missivas escritas para o irmão, amigos, colegas e uma jovem, futura esposa, a quem umas senhoras amigas liam e escreviam as cartas, intervindo como intermediárias nestas ligações transatlânticas.

Foi conservado no AGC, quase sempre, um único exemplar de cada emissor, entregue quando foi pedida licença de viagem. Com estas peças tivemos oportunidade de cruzar as informações existentes nos documentos processuais, reconstituindo quadros sócio-culturais, familiares e económico-financeiros das famílias em questão. As relações de parentesco aqui tratadas são de âmbito restrito: o marido que se dirige à esposa, aos filhos, pais, sogros; mas os cumprimentos, saudações e recomendações cobrem um universo alargado de amigos, vizinhos e conhecidos, sendo raros os contactos directos com amigos. Mesmo assim, uma ou outra mensagem sem perfil familiar trata de assuntos relacionados com a educação de descendentes deixados em Portugal ao cuidado de tutores. São escassos os contactos de relacionamento fra-

² Sobre espólios da escrita popular no distrito de Viana do Castelo, veja-se o trabalho de E. P. R. Português, “Do caderno de contas à escrita do eu: memórias de um barbeiro do Alto Minho (1894-1939)”, in A. Castillo Gómez e Verónica Sierra Blas (eds.), *El legado de Mnemosyne: Las escrituras del yo a través del tiempo*, Gijón: Trea, 2007, pp. 211-32.

³ Cf. A. Martins da Costa Viana, “A falar de Areosa - VII, o copiadador de correspondência de Daniel Fernandes Reis Viana, areosense, emigrante no Brasil”, *Estudos Regionais*, 2ª série, n.º 3 (2009), pp. 323-413.

ternal, pois os cônjuges dominam estes segmentos de comunicação e somente uma senhora pede à irmã que trate da viagem dos filhos, embarcando-os para o Brasil.

As fontes mostram variados ritmos da comunicação, os tipos de interlocutores, a demora da travessia, a carência de afectos, o tempo dedicado à família, as saudades e mesmo as tentativas de separação marital definitiva, pela via do silêncio e ausência de respostas. O percurso da escrita começava por iniciativa do emigrante, que pedia resposta na volta do vapor, construindo estes canais de papel. De seguida, o marido recebia a correspondência da esposa, avaliava os pedidos, as rogações e inteirava-se da evolução do lar, alimentando-se um ciclo de correio permanente, dando informações, transmitindo opiniões, comunicando decisões sobre assuntos da economia doméstica, como a venda e compra de bens, ou mesmo orientando a escolarização da prole. A ponte estava montada, as mensagens circulavam e a comunicação era uma realidade permanente e sempre muito desejada por ambas as partes. A família mantinha-se virtualmente unida por estes contactos. A mulher recebia a carta, lia, partilhava com os filhos, voltava a ler, transmitia as novidades a parentes, amigos e conhecidos, divulgando pela paróquia as recomendações do emigrante. Mas, a grande maioria tem o perfil de escritas comuns, a escrita ordinária, exibida perante as autoridades e depositada como prova documental, com a assinatura do emissor devidamente reconhecida, substituindo a autorização de embarque dada pelo marido/pai, como a lei determinava. Uma das cartas, depois de reconhecida a assinatura pelo tabelião, adquiriu o estatuto de documento autenticado, sendo depositado em arquivo oficial, como prova de que o homem estava ausente no Brasil. Esta estratégia, a de usar uma epístola como testemunho da condição de emigrante, também proporcionou à mulher o embarque sem assentimento formal do marido, pois ela mesma assumiu tal ónus, requerendo o passaporte, quando ele estava impedido de o fazer ou de emitir a respectiva autorização. Com recurso a estas mensagens ultrapassavam-se os escolhos impeditivos da saída da mulher, transformando tais bilhetes em documentos processuais. Desta forma acedemos às várias centenas de cartas da emigração.

Os modelos caligráficos, a estrutura gramatical, a dimensão do escrito, a construção frásica e a redacção simples e breve também evidenciam dificuldades do uso da pena, pelo que a mensagem pode configurar um baixo nível de instrução. Encontrámo-nos perante uma competência pautada pela dificuldade em dominar a grafia, sem estilo personalizado. Para uma correcta avaliação dos indicadores de alfabetiza-

ção, recorreremos à metodologia de comparação das assinaturas constantes nos livros de passaportes e observámos, sempre que possível, os contextos sócio-familiares e profissionais dos autores destas escritas. Quando a actividade desempenhada remete para o topo da pirâmide, como indivíduos ligados ao comércio, jovens escolarizados antes da partida, a caligrafia é esmerada ou patenteia uma letra personalizada e de requinte. Como os negociantes necessitavam de se comunicar com os sócios e clientes para tratar assuntos profissionais, estas cartas eram diferentes das de carácter familiar na forma, no estilo ou no conteúdo.

Não se pretende dar voz a correspondências de grandes autores ou personalidades, pelo contrário, são os pequenos, gente desconhecida, homens que comunicavam com a família que deixou documentos autógrafos no arquivo, prova em como eles mesmos estavam afastados de casa, além do Atlântico. Os autores compaginam alguma irregularidade nos usos, escrevendo atrás e nos topos, quando era necessário espaço para continuar a mensagem e enviar cumprimentos ou acrescentar outras notícias, variando a estrutura da letra e denotando ausência de competências do processo da comunicação. Há casos de correspondência iniciada na folha 1v e com uma numeração de páginas sem a sequência do suporte físico. Tais opções denotam um aspecto de incapacidade para manter uma estrutura mental com ligação contínua, o que embaraça o trabalho de transcrição de alguns casos. Noutras situações, devido à falta de exercício e domínio da pena, dificuldade reconhecida pelo remetente, o exercício de transcrição e “decifração” torna-se moroso, porque cada documento tem uma identidade caligráfica própria, sendo alguns da autoria de indivíduos semi-alfabetos. Estas escritas pessoais, muitas vezes inseridas em contextos de alfabetização pobre e informal, apresentam um carácter marcadamente funcional. Tais casos de semi-instruídos dispunham de um limitado espaço de autonomia porquanto aprenderam o que lhes foi ensinado, liam o que o mercado lhes punha à disposição e escreviam o indispensável para manter a ponte de contactos.⁴ Por vezes, cruzam-se os códigos escritos com a mensagem iconográfica, desenhos e esboços de quem grafava e desejava reforçar laços, recorrendo a papel com flores impressas, desenhando corações e divulgando poemas para transmitir sentimentos de afecto.

Depois de lidas, algumas cartas ainda serviram para rascunhar apontamentos, notas em espaços livres e operações de somar. Tais vestígios testemunham

⁴ A. Castillo Gómez (coord.), *La conquista del alfabeto. Escritura y classes populares*, Gijón: Trea, 2002, p. 34.

outros usos e modos de vida mais complexos, onde se preenchem hiatos destas relações familiares e modelos de gestão dos agregados a cargo das mulheres, após a ausência dos homens agora ligados por delicadas correntes de papel.

A correspondência recebida por José Augusto Palhares Malafaia é um exemplo das cartas "coleccionadas", tendo sido devidamente enroladas e guardadas. Após o cumprimento da função inicial, as respostas foram datadas numa margem do suporte. Esta fonte constitui parte de uma rede de contactos extra familiar e de carácter profissional. De seguida passaram para um "depósito", foram arquivadas no baú das memórias, até chegarem à nossa mão. Mais do que coleccionar a correspondência, era necessário conservar para documentar os negócios, as relações sociais e os compromissos familiares e comerciais, correspondendo a fontes comprovativas de benefícios, transformaram-se em documentos a preservar. Este corpo de missivas prova a dinâmica de uma cultura de sociabilidades entre emigrantes de sucesso, entre quem regressou e quem continuou a gestão de bens financeiros, acções na banca brasileira. Neste texto daremos especial destaque aos papéis e actividades femininas, às motivações do embarque familiar, imagens da alfabetização e ao imaginário da gastronomia e da saudade registados nas epístolas arquivadas em Viana do Castelo.

CARTAS DA EMIGRAÇÃO

Papéis dobrados, lacrados e outros selados com sobrescrito; amarelecidos, desbotados, azulados, avermelhados, pautados, timbrados, com ou sem linhas, de várias formas e dimensões, mas também bordados a preto, em sinal de luto, ou mesmo rasurados e mutilados para esconder segredos da intimidade, todos serviram de elos de comunicação para unir quem tinha deixado a casa e quem ficou na outra margem, a família, os amigos, os colegas. Outras ainda tiveram como finalidade alimentar negócios financeiros. Mas, muita correspondência naufragou, ardeu a bordo dos navios, perdeu-se em cargas pilhadas, missivas penhoradas, destruições de toda a sorte sofreram as letras da diáspora.⁵

⁵ A. Bruneton-Governatori e J. Staes, "*Cher Père et Tendre Mère...*", *lettres de Béarnais émigrés en Amérique du Sud (XIXe Siècle)*. Biarritz: JeD Editions, 1996, pp. 13-15.

O emigrante, chegado ao destino, por vezes durante a viagem, vendo-se afastado da família, sentia necessidade de manter a união e a identidade do grupo, recorrendo à correspondência permanente para alimentar uma ligação com o lar e a terra de origem.⁶ A sustentação dos laços maritais obrigava a um diálogo constante, como garantia da manutenção de vínculos conjugais, dos afectos e do reforço da domesticidade. O desenvolvimento das vias de comunicação, como as estradas de macadame, os caminhos-de-ferro, os vapores intercontinentais e a mala-posta facilitavam e aceleravam a difusão dos correios. Na segunda metade de oitocentos, os movimentos migratórios promoveram a circulação de milhões de epístolas por todo o mundo.

O contacto pelo abecedário, através do qual se ligavam pais e filhos, parentes e amigos ou colegas, não é facilmente visível, devido à vulnerabilidade deste tipo de suportes e ao reduzido número de arquivos de emigrantes. Além do mais, raramente temos acesso a espólios desta natureza, devido ao carácter de privacidade dos mesmos e à resistência dos proprietários em deixar aceder ao “baú das memórias”. Mas, sendo possível configurar representações, estudar episódios familiares ou analisar casos isolados, com recurso à documentação ainda existente em casas particulares, importa reunir e tratar séries mais ou menos homogéneas.⁷

O núcleo doméstico, os parentes, os vizinhos e toda a paróquia difundiam, através destas correntes comunicacionais, os actos vitais, os nascimentos, as mortes, os casamentos, as doenças, os sucessos, os infortúnios, a vida do lar, o sucesso das colheitas, o estado dos bens, os acontecimentos públicos e mesmo quadros do foro mais íntimo. Era importante manter o contacto com o marido, os filhos, os cônjuges e os amigos, pessoas com quem se partilhavam as cumplicidades e as vivências, fazendo circular ideias, novidades, augurar boa saúde, saudando e transmitindo cumprimentos e abraços.

As epístolas tecem compromissos entre o individual e o social. Muitas vezes pensadas e escritas sem espontaneidade, rascunhadas e ditadas, percorrem e limitam um espaço, unindo a família e acelerando as decisões do grupo.⁸

⁶ V. Sierra Blas, “‘Puentes de papel’: Apuntes sobre las escrituras de la emigración”, *Horizontes Antropológicos*, 10: 22 (2004), p. 123.

⁷ Núñez Seixas e Soutelo, *As cartas*, p. 35.

⁸ M. Perrot, “A Vida da família”, em Ph. Ariès e G. Duby (dirs.), *História da Vida Privada*, vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 188.

Aprender as inquietações de quem se afastou fisicamente dos círculos de sociabilidade, dos descendentes e da esposa, descobrir as preocupações financeiras com que lutavam, sentir o pulsar dos problemas afectivos originados pela separação dos cônjuges, desenhar os cenários da viagem desde a saída da paróquia até à chegada ao destino, observar os movimentos e os preparativos do embarque, durante o século XIX, não é tarefa fácil para o historiador, nem pode ser feita com recurso a palpites. As cartas da emigração são a melhor fonte para desmistificar os impressionismos baseados em simples conjecturas.

A correspondência vinda da terra de acolhimento (Brasil), muitas vezes endeçada sob o efeito da saudade, sem formalismos administrativos e com fins associados às dinâmicas domésticas, faz emergir o micro cosmos dos relacionamentos, de onde ressaltam aspectos sócio-culturais, preocupações com educação dos filhos e a saúde da gente de casa, nostalgia e projectos de vida desenhados longe da paróquia. Acima de tudo, são um instrumento de trabalho importante para conhecermos uma face da emigração de onde emergem as representações do feminino e a trama dos embarques, registados pela mão masculina.

Tais documentos alertam-nos para a importância dos apoios financeiros à família, do envio de mesadas pecuniárias para suprir as dificuldades económicas de quem permaneceu na terra de origem; também emergem a gestão de conflitos emocionais e as ameaças de divórcio, quando a esposa não responde aos apelos do marido, e até foram bem vincados certos casos associados à prostituição. O epistolário proporciona um leque alargado de opções e perspectivas de análise, imbricando os campos da antropologia, da sociologia, da história da família e da etnologia, entre outros domínios, como a literatura. Ainda podemos descobrir os momentos da escrita, os períodos de comunicação, a sazonalidade das mensagens, o imaginário da travessia, aspectos de cultura e da moda, a forma de vestir, a preparação da viagem da mulher, conceitos de literacia, importância da escolarização, educação dos filhos, afectos e atitudes perante a infância, comportamentos das senhoras e dos emigrantes, valores morais, o aparato, o luxo, o adorno, o decoro e a boa figura que as senhoras deviam ostentar, a cortesia, a instrução, os bens materiais que os emigrantes possuíam, enfim, toda uma série de abordagens em torno da família nuclear e mesmo da presença de parentes mais próximos, envolvendo micro e macro espaços sociais. No conjunto, a correspondência da diáspora constituiu uma película com as vivências em redor da

partida, da chegada, de quem ficou a gerir os bens e embarcou, numa segunda fase, com os restantes membros da casa.

ÂNSIAS DA ESCRITA

O desejo de comunicar os afectos, os problemas, as vivências, preocupações e privações suportadas pelo marido levam o homem a ortografar depois do trabalho, sempre motivado pela necessidade de um contacto permanente com a esposa e pelo desejo da transmissão de gestos de ternura e carinho, mas também para realçar a assunção de compromissos de fidelidade,⁹ mantendo vivas as memórias familiares. Ao dedicarem-se à escrita, os homens encontram, nestes períodos de solidão, os momentos mais propícios para inculcar e testemunhar os vínculos mentais de afecto com a esposa e os filhos. Desejavam manter acesa a chama do sacramento matrimonial, agora ameaçado pela separação do Atlântico, e justificavam as letras menos pormenorizadas. A falta de tempo durante o dia e a escrita ao serão eram responsáveis pelas missivas de letra sem estilo aprimorado. Tratava-se de uma inabilidade reconhecida pelo próprio emigrante, ao pedir compreensão ao leitor intermediário pela caligrafia diferente da habitual, justificando-se pela escrita nocturna.¹⁰ Se, para alguns, o momento para comunicar com os mais queridos, os membros do lar, ocorria após as actividades profissionais diárias, outros garatujavam as epístolas quando se aproximava a hora da partida do barco.¹¹ Assim, as letras chegavam rapidamente e mais “frescas” à mão e ao imaginário do receptor.

Mas, eles reclamavam das mulheres a transmissão de todo o tipo de novidades da terra, queriam saber como evoluía a aprendizagem dos filhos, perguntavam pelos amigos e por toda a vizinhança e recomendavam-se a todos. Estavam ávidos de qualquer novidade da paróquia, revivendo mentalmente as sociabili-

⁹ «É sempre com a maior satisfação que pego na pena para te dar notícias minhas e acusar a recepção da tua estimadíssima carta de 3 de Novembro [...] Se não cancelo-a, (sic) nem quanto papel haja e são uma e meia da noite.» *Processo do Passaporte* n.º 37, datado de 18 de Abril de 1886.

¹⁰ «O leitor desculpe o não ir a letra boa porque é muito tarde e eu estou com sono». *Processo do Passaporte* n.º 394, emitido em 9 de Novembro de 1886.

¹¹ «O vapor inglês está a partir, não tenho tempo para te dizer mais». *Processo do Passaporte* n.º 259, emitido em 14 de Outubro de 1864.

dades. Segundo a vontade dos maridos, as consortes não deviam limitar o número de folhas quando escrevessem,¹² porque eles pretendiam estar bem informados sobre a evolução dos acontecimentos em casa, como ia a escola dos descendentes, a saúde dos parentes, como estavam os amigos, além dos haveres e das produções agrícolas, mantendo-se inteirados de tudo e mesmo das notícias circuladas na imprensa regional.

A mensagem enviada através das carreiras regulares de vapores demorava menos de três semanas a atravessar o Atlântico, desde o emissor ao destinatário, como o confirmam os próprios maridos e o provam os carimbos existentes nos sobrescritos. Tomemos o exemplo de uma carta elaborada em cinco de Novembro, posta no vapor no próprio dia, no Rio de Janeiro, que chegou a Lisboa a vinte e três do mesmo mês. Um outro timbre marca a entrada nos correios de Paredes de Coura (vila do Alto Minho), a 25 de Novembro de 1897. O tempo gasto, desde o registo da data até a mensagem chegar a Portugal, foi de dezoito dias.¹³ Após a ancoragem em Lisboa, foram necessárias duas jornadas para se atingir uma das aldeias mais recônditas da região. De acordo com os dados, temos menos de três semanas entre a data da escrita e a chegada da missiva a terras de Coura,¹⁴ momento em que a epístola era entregue pelo carteiro, último marco da cadeia de contactos.

Estas comunicações ostentam aspectos da mentalidade masculina, embora possamos descobrir alguns problemas apresentados pelas mulheres, observando respostas a determinadas questões, certamente descritas na mensagem da esposa, mas desconhecida para nós, à qual não tivemos acesso. Também as letras mal gizadas pelos filhos ou por outros escribas, cuja caligrafia «não se entende», obrigava ao pedido de «cartas mais explicadas»,¹⁵ para facilitar a leitura da mensagem. Estas eram algumas

¹² «A carta que escreveres conta-me tudo, ainda [que] sejam duas folhas de papel cheias [...] Eu escrevo de noite, por isso não posso demorar muito». *Processo do Passaporte* n.º 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

¹³ Cf. Carta com sobrescrito existente no *Processo do Passaporte* n.º 654, emitido em 25 de Dezembro de 1897.

¹⁴ A rede postal, depois de várias reformas ao longo do século XIX, estava bem implantada e tinha uma grande cobertura nos inícios da centúria seguinte, sendo o serviço rápido e muito eficiente, como refere A. H. de Oliveira Marques e F. Rollo, “Os Meios de Circulação e Distribuição”, em J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *Nova História de Portugal*, volume XI, Lisboa: Presença, 1991, pp. 164-68. Ver, ainda, J. V. Serrão, *História de Portugal*, volume IX, Lisboa: Verbo, 1986, pp. 239-41.

¹⁵ «Manda-me as cartas mais explicadas porque não se entende. Quem é que escreve as cartas? Quero saber quem é», refere-se em AGC, (*Processo do Passaporte* n.º 550, datado de 19 de Julho de 1888).

consequências do analfabetismo feminino, que forçava a mulher a expor-se publicamente e a dar a conhecer os segredos da vida de casa, provocando ansiedades nos dois pólos, o emissor e o receptor, por se sentirem inibidos de transmitir assuntos privados ao intermediário da cadeia de contactos. Estas mulheres e emigrantes estavam dependentes de indivíduos detentores de competências de comunicação pelo abecedário, pessoas com relações de vizinhança ou próximas do agregado. Outras socorriam-se dos filhos estudantes, rapazes ou mesmo meninas escolarizadas. Situação semelhante ocorria para os homens iletrados, que ficavam à mercê de colegas de trabalho e amigos instruídos.¹⁶

A capacidade de ler e escrever, além de ser importante para o sucesso profissional, era muito útil para o reforço da comunicação e dos laços conjugais, evitando a divulgação de segredos, sentimentos, anseios ou os elementos confidenciais junto dos colegas.¹⁷ Todos desejavam preservar a intimidade. A invasão da privacidade acontecia quando ditavam as cartas ou quando ouviam a própria correspondência pela voz de alguém afastado do círculo das cumplicidades, sendo, muitas vezes, pessoas sem capacidade para guardar segredo sobre os pensamentos transmitidos pelos emigrantes.¹⁸ Geravam-se conflitos imaginários de dimensões invisíveis entre o público e o confidencial, a fronteira onde se cruza o dizível e o não comunicável, o íntimo do escrito, o sigiloso, uma barreira oculta mas delimitadora das cumplicidades, mesmo que a vida das famílias fosse, paradoxalmente, conhecida e ao mesmo tempo reservada.

O homem reagia face à falta de celeridade da esposa na reposição dos elos destas correntes, quebrando o ritmo do contacto, e reclamava resposta aos escritos endereçados pelo correio, suplicando notícias sobre todos os acontecimentos. Se para a mulher era mais importante saber se o homem estava vivo e de saúde, ele mostra-se ávido de novidades, quando a consorte não retribuía com o

¹⁶ «O ouvir ler a tua carta foi o [mesmo] que venderes, para os meus olhos darem sinal do amor que te eu tinha [...] A carta foi escrita na minha presença, feita por um carpinteiro que andava trabalhando na companhia dele». AGC, (*Processo do Passaporte* n.º 414, emitido em 19 de Setembro de 1892).

¹⁷ «A respeito do que aí devemos, não precisas repetir em todas as cartas que você me manda, porque não sabendo eu ler isso me receia por precisar [de] mandar ler por outros». Carta do *Processo do Passaporte* n.º 191 concedido em 13 de Julho de 1886.

¹⁸ Esta problemática foi bem sublinhada por Dr. J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização*, Volume IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, p. 619, com a quadra seguinte: *Escreverate ua carta/Se tu a soubesses ler/Mas tu dá-la a ler a outro/Tudo se vem a saber.*

envio de mensagens, se a comunicação era pautada pela irregularidade ou quando a ligação era interrompida pelo extravio destes papéis. Estas “pontes de papel” constituíam parte de um processo de sustentabilidade das redes familiares dispersas e reforçavam o intercâmbio e circulação de ideias entre os membros afastados do núcleo e a paróquia, pois a ausência variava entre meia dúzia de anos e uma década ou mais anos para os jovens embarcados de tenra idade.

Quando não chegava a correspondência pretendida, o cônjuge, numa atitude autoritária, exigia à esposa resposta a todas as epístolas por ele endereçadas,¹⁹ vincando o domínio sobre o lar. Outros exteriorizavam por escrito esse desagrado, por saberem de colegas reembarcados que podiam ter servido de correio,²⁰ levando as notícias e as palavras de afecto muito desejadas, porque eram um remédio para as saudades provocadas pela distância. Tais gestos também eram exteriorizados no feminino, sendo visíveis quando o marido fazia menção às cartas recebidas da esposa e às quais dava réplica,²¹ ou quando as consortes rogavam resposta breve para o conhecimento, tão célere quanto possível, das decisões a implementar relativamente aos bens do casal.²²

Se alguns endereçavam várias missivas, sem a devida reciprocidade, dizendo não compreender a falta de resposta, outros assinalavam, pela quarta vez, a expedição dessas mensagens.²³ Nelas vem expresso muito afecto, ternura, solidão e saudades do lar. Também sublinhavam a vontade de aceder às novidades de casa, reforçando os contactos virtuais dos lares e as uniões maritais, ficando os elos mais robustos e forçando os laços familiares.

¹⁹ «Tu recebas duas cartas minhas e só me respondes a uma, pois eu, enquanto escrevo, é porque quero saber as notícias que por aí se passam [...] pois espero que se atenda às minhas ordens e que se me escreva a todas as cartas» *Processo do Passaporte* n.º 144, registado a 20 de Fevereiro de 1884.

²⁰ «Esperava carta tua no dia 15, da tua chegada a casa da mãe, mas não tiraste tempo para isso. [...] Chegaste no dia 24 [de Março] e até ao dia 28 que saíram daí dois vizinhos, também não tiraste tempo para mandares duas letras por eles que chegaram aqui no dia 16 de Abril. Pois eu por aí não espero dinheiro, mas sim notícias tuas». *Processo do Passaporte* n.º 394, assinado a 9 de Novembro de 1886.

²¹ «Tenho presente duas cartas tuas datadas, uma de 25 de Fevereiro e a outra de 7 de Março, as quais muito estimei». *Processo do Passaporte* n.º 354, emitido em 8 de Fevereiro de 1861

²² «Escreve imediatamente para me governar e fala com o teu primo, que te abone a viagem. A carta que escreveres conta-me tudo, ainda [que] sejam duas folhas de papel cheias». *Processo do Passaporte* n.º 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

²³ «Escrevi-lhe de Santos, logo que ali cheguei e daqui [do Rio de Janeiro] já lhe escrevi duas cartas que presumo haverão chegado ao seu poder». *Processo do Passaporte* n.º 500, autorizado em 3 de Agosto de 1882.

O ritmo destas ligações variava muito. Há situações que demonstram uma constante e regular troca de correio; outras foram intervaladas por vários meses ou mesmo um ano, por falta de resposta,²⁴ ou ainda mais prolongadas, por opção, quando os emigrantes pretendiam diluir os vínculos matrimoniais com a esposa, devido à integração em redes de sociabilidade construídas no Brasil. Os novos relacionamentos com outras mulheres levaram alguns a ignorar compromissos com o lar, a esposa, os filhos e a casa, procurando compensações de afecto e sexo no local de fixação. Tais atitudes ocorriam, por vezes, quando elas não respondiam ao desafio da ida para junto dos maridos,²⁵ resistindo à pressão do campo e dos bens existentes na aldeia, ao ficarem com o ónus da gestão da casa e do património, conquistando liberdade e assumindo papéis de mulheres sós.²⁶

A correspondência para vários parentes chegava através dos correios, juntamente com outras cartas, usando para o efeito um só suporte (de papel), dentro de um sobrescrito ou em folhas diferentes. Estas “amarras de tinta” também circulavam com recurso a pessoas conhecidas regressadas, encarregues de levar missivas, encomendas e dinheiro. Além de colegas e amigos, os pilotos e funcionários de embarcações tinham um papel activo na difusão das escritas populares. Através das cartas e pela via oral difundiam-se notícias, permutava-se e cimentava-se a cultura luso-brasileira. Além deste meio, para os contactos mais urgentes, recorria-se aos telegramas,²⁷ outro processo de troca de mensagens ao dispor

²⁴ «Minha sempre querida esposa, depois de se ter decorrido tanto tempo, sem saber a menor notícia tua, torno a enviar-te a presente, abrigando a esperanças que chegue às tuas mãos. A última que te escrevi, provavelmente, não recebeste, porquanto já faz um ano e ainda não tive a resposta». *Processo do Passaporte* n.º 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

²⁵ «Trato-te sempre como mulher minha mas, se não vieres com este dinheiro, outro para este fim não te mando, que aqui já tem acontecido a uns mandarem e elas não vêm, mas depois, mais tarde, se queixam, [por]que estes casos são muito sérios». *Processo do Passaporte* n.º 608, emitido em 5 de Outubro de 1896.

²⁶ Cfr. O. Rey Castelao, “Las ‘mujeres solas’ del Noroeste Peninsular: Trayectorias femeninas en un territorio de emigración, 1700-1860”, *Estudos Regionais*, II série, vol. 2 (2007), p. 52.

²⁷ Os despachos telegráficos simples, desde 1864, aplicavam uma taxa de 300 réis por vinte e cinco palavras e mais 50 réis por cada grupo de palavras. O serviço dividia-se em permanente, a funcionar na Barquinha, Elvas, Lisboa (Terreiro do Paço, Necessidades e Ajuda) e no Porto. O modelo simples cobria todos os distritos, porém, no Alto-Minho, no ano de 1870, funcionava, em Valença, até às 21 horas, mas em Viana do Castelo prolongava-se até às 24 horas. Em Caminha e em Ponte de Lima praticava-se o horário de Inverno e o de Verão, desde as 9/8 horas até ao pôr-do-sol. Cf. J. M.^a Pinto Gama, *Almanak Familiar para 1870*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, pp. 114-15.

de quem estava longe de casa.²⁸ Não localizámos documentos deste tipo (telegramas) no espólio consultado (AGC), pois seria de uso menos frequente, embora haja referências a tais canais de comunicação.

PAPÉIS E ACTIVIDADES FEMININAS

A mulher, que tinha permanecido em casa com os familiares, por vezes em dependência dos ascendentes, aparece referenciada em vários contextos profissionais nestas escritas populares. Como força demográfica e de reprodução social, numa região onde se vivia predominantemente da agricultura, o sexo feminino tinha na lavoura uma actividade absorvente, quando os maridos saíam de casa. Na ausência do homem, elas adquiriam independência e chamavam a si a liderança natural do património. Mas, arcavam com novas responsabilidades: lavravam, cavavam, sachavam, desempenhavam todas as lides do campo, uma multiplicidade de funções de âmbito doméstico e agrário, indo ao jornal, confeccionando têxteis e transformando produtos lácteos. Também se dedicavam às fainas marítimas e a outros trabalhos nas áreas urbanas.²⁹ Ainda tinham o ónus da educação da prole, cuidavam do lar e deslocavam-se aos montes para apanha de lenha. Elas ocupavam o lugar de chefe de família deixado vago pela via da emigração, passando a mãe/esposa para o centro da domesticidade, gerindo os bens do casal e administrando as remessas financeiras enviadas do Brasil. Era uma forma de liberdade, de autonomia e de emancipação conquistada com naturalidade no lar, espaço apropriado para a afirmação do novo estatuto feminino, local de domínio e assunção da autoridade doméstica. Com a ida do homem para o Brasil assistimos ao triunfo da mulher, em redor de quem gravitavam as escritas populares, como destinatária e emissora em pé de igualdade com o homem.

Num período em que a exposição de crianças não era muito intensa, em finais da centúria, Elvira Maria Ribeiro recebeu do consorte um ultimato, quan-

²⁸ «Em seguida que o paquete sair, peço-lhe me faça o seguinte telegrama: Ruas, Alfândega, 63- Rio de Janeiro (neste espaço somente o nome do paquete), por exemplo: Minho ou outro qualquer nome que o vapor tiver, de forma que estando eu de sobre aviso, sei por telegrama da Baía ou Pernambuco o dia fixo da chegada, par ir recebê-la a bordo». *Processo do Passaporte* n.º 500, datado de 3 de Agosto de 1882.

²⁹ Rey Castela, “Mujeres solas”.

do esta senhora transmitiu a vontade de se ocupar como «*ama de leite para o Porto*».³⁰ Não conhecemos mais situações do género, mas a opção da companheira foi reprovada por ser um serviço mais adequado a mães celibatárias e desaconselhado para ser desempenhado por uma senhora, a esposa de um “brasileiro”. Se para a mulher consistia numa actividade geradora de alguma emancipação financeira, era uma desconsideração para o emigrante e um gesto social denunciador de fragilidades económicas, se ela recorresse a estes complementos remuneratórios. O carácter ofensivo deste desafio feminino atingiu um grau tão elevado que o autor da carta desconsidera a esposa. Entende que a assunção de tal procedimento era um gesto suficiente para quebrar a aliança matrimonial, divorciando-se, porque «se tu isso fizeres, faz de conta [que] és solteira, porque eu nunca mais faço caso de ti»,³¹ ou seja, não escreverá, nem enviará as remessas e ele jamais regressaria a Portugal, optando por destruir os elos de ligação e arreiagar-se em definitivo no Brasil, como fizeram muitos patrícios, abandonando tudo, as esposas e os lares.

Outros afazeres do género feminino encontram-se associados a trabalhos de fição, de labores com «agulhas de meia», linho e lã. Eram ocupações desempenhadas em círculos domésticos e sem submissões patronais, proporcionando independência e liberdade à mulher, além de uma responsabilidade própria para quem desejava assumir um estatuto social específico no controlo da domesticidade.³²

Algumas actividades foram referenciadas indirectamente, através de alusões a modelos de uma vida mais digna, como se percebe pela carta de Bernardino José Leite, ao escrever: «quero tirar-te dos molhos de lenha e ver se granjeias o ser

³⁰ Carta de Bento António Fernandes à esposa, Elvira Maria Ribeiro, de Lovelhe, Vila Nova de Cerveira. Esta missiva exhibe elementos donde ressalta o imaginário da (in)fidelidade masculina e a suspeição de relações extra-conjugais por parte do homem, porque tu «Mandas-me dizer que eu tenho uma filha [aqui no Brasil] e uma mulher ...».

³¹ Ver *Processo do Passaporte* n.º 37, emitido em 28 de Janeiro de 1897. Notamos muita segurança nas palavras do marido ao sublinhar: «mandas-me dizer que tu andavas a ver se arranjavas para ires para ama de leite para o Porto, pois deves fazer o que quiseres que o mal será para ti» como forma de responsabilizar a esposa pelas atitudes tomadas contra vontade do companheiro.

³² «Traz também e traz de aí mei[a] dúzia de fusos de fiar». Cf. carta do *Processo do Passaporte* n.º 174, concedido em 10 de Fevereiro de 1899; carta do *Processo do Passaporte* n.º 533, datado de 3 de Outubro de 1890; «Olha se trazes um novelo de linho e agulhas para me consertares uma porção de coturnos que cá tenho». *Processo do Passaporte* n.º 93, emitido em 19 de Julho de 1865.

para nossos filhos».³³ Era, certamente, uma tarefa árdua, assumida pelo sexo feminino, através da qual se aprovisionava a casa com o armazenamento de combustível para o Inverno.³⁴ Também abasteciam os fornos das padarias e mesmo as fornalhas de cozer telha e tijolo, onde se ocupavam sazonalmente. Esta faina obrigava as mulheres a deslocarem-se às matas, de onde recolhiam carasca, caruma, carqueja, pinhas, casquinha, galhos secos e outra matéria inflamável. Tais serviços foram referenciados nestas escritas populares como «ir ao monte» e aos molhos de lenha para alimentar indústrias artesanais.³⁵

A consorte, quando permanecia em casa, tinha uma escabrosa tarefa sobre os ombros. Além de continuar a sustentar toda a vida da casa, era responsável pelas linhas orientadoras da educação dos filhos, organizava as lides agrícolas ou, na ausência de terras de cultivo e criação de animais, granjeava outros recursos para auto-suficiência da família.

Perante a perspectiva de se juntar ao marido, apareciam configurados projectos de trabalho por conta própria no Brasil, quando o homem a atraía para junto dele. Esta opção permitia à companheira, na opinião masculina, um espaço de liberdade profissional e a independência de patrões, porque «no caso que não queiras estar empregada, aprendes a fazer coletes e ganhas dois mil e quinhentos por cada um»,³⁶ montante correspondente a um bom salário.³⁷ Os próprios maridos anunciam a liberdade profissional do sexo feminino, transmitindo-lhes a ideia de independência ocupacional, muito prezada por elas, aliciando-as para a viagem. Havia outros mes-teres alternativos, como recurso à puericultura em casas particulares, «para tratar da mulher que vai [ter] uma criança», como era da vontade do patrão do emigrante, que muito «estimava [e] me disse que viesses o quanto antes».³⁸ Estamos perante acti-

³³ Documento do *Processo do Passaporte* n.º 362 datado de 25 de Outubro de 1886.

³⁴ Geralmente eram as populações mais carenciadas que se abasteciam nas matas comunitárias, cujos baldios serviam para pastos e obtenção de lenha, como refere Dr. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistemetização*, Volume X, Lisboa, Imprensa Nacional, 1988, pp. 520-22.

³⁵ Cf. *Processo do Passaporte* n.º 670 datado de 10 de Novembro de 1890.

³⁶ Cf. carta do *Processo do Passaporte* n.º 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

³⁷ Para efeitos de comparação sobre os vencimentos de várias actividades masculinas no Alto-Minho, a meados da centúria, veja-se: AGC, pasta 473, doc. 20 «nota do preço medio dos salarios dos operarios das diferentes artes e officios [...] 1 de Fevereiro de 1899»; AGC, pasta 193, maço 29, doc. s.n. «mappa do preço médio dos salarios dos operarios no anno economico de 1861 a 1862». A mesma lista foi publicada nos RELATÓRIOS, 1864, pp. 24-27.

³⁸ Cf. carta do *Processo do Passaporte* n.º 446, concedido em 15 de Setembro de 1894.

vidades enquadradas em estruturas de intervenção feminina, como angariar fundos em afazeres com funções domésticas em casas de outras pessoas.³⁹ Assim, o casal reunia condições para um reforço económico, se mutuamente colaborassem no processo de complementaridade, contribuindo para os recursos do lar na terra de fixação. Havia sempre projectos de trabalho para elas, como o simples serviço de «lavar e a engomar»,⁴⁰ porque esta ocupação permitia ganhar a vida e proporcionava um acréscimo financeiro no contexto do lar. Encontrámos, ainda, solicitações do homem para que a mulher, ao chegar ao Brasil, pudesse dar solução a alguns problemas, como fazer consertos da roupa de casa gasta pelo uso diário.⁴¹

Os atractivos da vida em terras de Vera Cruz aparecem ligados a vários modelos de trabalho com autonomia, por conta de um patrão, em acumulação com outros empregos, opções proporcionadas pelas potencialidades e vastidão de uma terra propícia para a agricultura e pecuária.

As referências ao universo sócio-profissional existentes nos escritos da emigração, além das lides caseiras, dos trabalhos no sector agrícola, de vários serviços no campo, da dedicação à costura, entre outras, resumem-se ao perfil apontado, mas a mulher do Minho ocupava-se de múltiplos afazeres, intervindo mesmo na exploração mineira,⁴² ao lado do sexo masculino, conquistando o direito a alguma liberdade.

Estamos perante reproduções de um sistema de modelos de economia doméstica exercida como suplemento dos rendimentos familiares, em nada comparável às poucas oportunidades oferecida no Minho às mulheres, se atendermos que, «esta terra não é como essa cidade de Viana. Eu, a capinar café, tenho terreno para criar qualquer animal como: porcos, galinhas e mais aves e [ainda] tem terra».⁴³ O sucesso passava por uma constante dedicação profissional, acrescida de sacrifícios e de muito trabalho complementar.

Em síntese, ao ficar só, com os filhos, a mulher tinha acesso ao controlo pleno dos meios de produção, assumindo a liderança e chefia do lar e da explo-

³⁹ Cf. carta do *Processo do Passaporte* n.º 638 emitido em 27 de Dezembro de 1892.

⁴⁰ «Tu aqui também podes ganhar a vida a lavar e engomar». Carta do *Processo do Passaporte* n.º 638, emitido em 27 de Dezembro de 1892.

⁴¹ «Olha se trazes um novelo de linho e agulhas para me consertares uma porção de coturnos que cá tenho». Carta do *Processo do Passaporte* n.º 93, emitido em 19 de Julho de 1865.

⁴² Cf. F. D'Armada, «A mulher de Riba de Âncora do século XX», *Estudos Regionais*, II série, vol. 2 (2007).

⁴³ Cf. carta do *Processo do Passaporte* n.º 386, emitido em 3 de Abril de 1895.

ração agrária, mas no Brasil, com toda a família reunida, podia potenciar os recursos económicos, mantendo a gestão da casa e trabalhando num modelo de complementaridade e liberdade relativa ao patronato, partilhando com o marido as responsabilidades económicas do espaço doméstico.

MOTIVAÇÕES PARA A EMIGRAÇÃO DO LAR

Como sublinhámos, este epistolário oferece-nos uma visão multifacetada de quadros migratórios. As mensagens endereçadas do Brasil conduzem-nos para as intimidades do foro privado, quase sempre através da mão masculina. As motivações aparecem descritas pelos homens na forma de resposta ao desejo demonstrado pela esposa em atravessar o Atlântico e à vontade de se juntar ao companheiro para reorganizar o grupo nuclear. Era uma estratégia feminina para a resolução de problemas de infidelidade provocados pelo afastamento físico dos cônjuges, por vezes assumidos e confessados nos escritos. Estes patrícios, além de assinalarem o estado de solidão em que viviam, falam da carência de afectos e da falta do calor doméstico. Ao mesmo tempo, penetrámos nesse universo invisível dos contextos de coabitação ilegal praticada por alguns homens,⁴⁴ cenário perceptível na resistência de certos maridos, esquivando-se à pressão da mulher, quando ela manifestava vontade de tomar o vapor.

Noutras situações, o emigrante, por estar dependente de contratos profissionais que o aprisionavam à terra de acolhimento, via-se impossibilitado de regressar a Portugal, enquanto não eram saldadas as dívidas com os agenciadores. São indivíduos que estiveram envolvidos, directamente ou indirectamente, na trama do aliciamento, tendo hipotecado bens patrimoniais para embarcar, estando agora obrigados à observância de compromissos contratuais ou financeiros. Tais

⁴⁴ Há várias missivas com menção explícita à infidelidade, como podemos observar no trecho seguinte: «Sei tu que tens muita razão para estares muito sentida, mas venho por meio desta te pedir que me queiras perdoares, porque eu fui atentado, não por não te ter amor, mas sim porque o diabo me atentou, mas felizmente hoje Deus quer que eu torne outra vez são meu ser para te amar como sempre te estimei, porque já deixei a tentação que perseguira. Por isto venho saber se tu queres vir para minha companhia ou não. Logo que esta arrecebas manda-me dizer, porque eu estou ansioso pela tua resposta, para saber se tu me perdoas de algumas faltas que eu tenho cometido porque tu bem sabes o que são homens, mas hoje estou arrependido do que fiz, por isso espero o teu perdão na resposta desta carta». *Processo do Passaporte* n.º 301, emitido em 13 de Março 1895.

agrilhoamentos, patenteados no epistolário endereçado do destino, revelam uma faceta do tormento provocado pela saudade.

Mas outros tentavam contrariar a aspiração da consorte quanto à ida para o Brasil, cujas intenções também emergem da correspondência por eles enviada. Se o embarque da mulher pode corresponder a uma emigração feminina passiva, motivada pelo marido e pela necessidade de reagrupar a família, muitas vezes são elas mesmas a tomar a iniciativa de ida para junto dos consortes, enquanto eles tentam evitar o embarque da esposa, quando optavam por situações de ilegalidade conjugal. Problemas desta natureza são realidades transversais a emigrantes⁴⁵ de todas as nacionalidades.

PRESSÕES PARA EMBARQUE DA MULHER E FILHOS

A saída do emigrante casado abre um ciclo na vida da família. O sexo feminino conquista mais espaço de intervenção na área da domesticidade. A mulher liberta-se do estatuto de “escrava reprodutora” e assume a chefia plena do lar, porque o lugar dela deixa de estar circunscrito ao quarto. Com o controlo da reprodução e a diminuição numérica da prole a mãe investe mais na família e na educação dos filhos, que agora são menos, havendo uns nascidos em Portugal e outra geração vinda à luz do dia, numa segunda fase, no Brasil, depois da fixação junto do marido.

Perante novas assunções de responsabilidades, elas nem sempre mostram interesse em seguir os passos dos maridos, donde resultam estratégias para convencer as esposas a atravessar o Atlântico; umas aproximam-se do estilo autoritário, outras são uma súplica feita pelo homem desenraizado, afastado das referências culturais e das sociabilidades, por isso mais sensível à separação física do casal e aos efeitos da saudade.⁴⁶ Assim, perante as dificuldades financeiras para custear as despesas de ida e volta, ele assume a iniciativa de reunir os membros do lar, quando sente a falta dos afectos da consorte. Para tal desiderato, exige a ida da esposa para o Brasil, usando como chantagem emocional o fantasma do

⁴⁵ M.^a D. Pérez Murillo, *Cartas de emigrantes escritas desde Cuba: Estudio de las mentalidades y valores en el siglo XIX*, Cádiz/Sevilla: Aconcagua Libros/Universidad de Cádiz, 1999, pp. 32-33.

⁴⁶ Porque «[...] vivo muito apaixonado, enquanto não recebo notícias tuas». Ver carta do *Processo do Passaporte* n.º 717, emitido em 8 de Julho de 1895.

divórcio, os silêncios de escrita ou interrupção de envio de verbas, armas que tinha ao dispor com as quais quebravam as ligações entre as duas margens, destruindo a relação do casal. Mesmo assim, assumindo gestos de liberdade e atitudes de grande determinação, a mulher nem sempre corria de imediato para os braços do homem, cabendo-lhe a opção final quanto ao momento da partida.

O modelo imperativo de transmitir a tomada decisão sobre o embarque enquadra-se numa cultura machista, quando se exige «que venha para o Brasil. Até Lisboa venha com seu mano Manuel».⁴⁷ Outros ostentam um tom mais determinante, cujo denodo parece ser exclusivamente do sexo masculino, ao anunciarem, através da missiva, que «é o fim desta para te comunicar a resolução que tomei, que é de te apresentares e embarcares com destino a esta terra para a minha companhia o mais breve que possas».⁴⁸ Expressões frequentes como «quero que venhas»⁴⁹ mostram a imposição de uma das partes, a vontade do emigrante. Mesmo assim, ela nem sempre anuía prontamente. Algumas prolongaram mais de um ano o requerimento da licença, gesto demonstrativo da força que elas detinham, determinando a ocasião de sair da paróquia.

Quando a resolução se insere num quadro de decisão irreversível —porque o cônjuge almeja a aproximação física da esposa, juntando a família nuclear, tudo apresentado em contextos de imposição do próprio marido—, a demora em abandonar a casa é prolongada, espaçando mais de seis meses entre a data da escrita da carta e a da obtenção do passaporte.⁵⁰ Tal morosidade demonstra uma resistência feminina e evidencia um conflito de vontades: o dilema entre reunir o lar, ir para junto do marido com os descendentes, ou manter-se ligada aos progenitores e aos bens existentes na terra.⁵¹ Mas, a perda da liderança e da gestão da casa também devem ter provocado pressão psicológica neste jogo onde estava uma emancipação adquirida devido afastamento do consorte.

Elas aceleram ou retardam os actos decisórios da mobilidade e fazem jus à liberdade alcançada, enquanto administradoras dos lares, dos bens domésticos e

⁴⁷ Carta do *Processo do Passaporte* n.º 169, datado de 4 de Maio de 1885.

⁴⁸ Documento do *Processo do Passaporte* n.º 747, emitido em 7 de Dezembro de 1894.

⁴⁹ Carta do *Processo do Passaporte* n.º 87, concedido em 21 de Fevereiro de 1900.

⁵⁰ Ver carta do *Processo do Passaporte* n.º 500, expedido em 20 de Setembro de 1898.

⁵¹ «Estás virada por tua família, pois eu quando me casei foi para deixar de minha família». Ver carta do *Processo do Passaporte* n.º 729, emitido em 16 de Julho de 1895.

das remessas enviadas pelo emigrante, porque os homens não conseguiam manter o controlo pleno sobre as mulheres pela via das pontes virtuais.

Se cabe ao elemento feminino a deliberação final do embarque, mesmo que a determinação da saída possa corresponder a um gesto de alguma liberdade, é importante sublinhar o papel do marido, detentor legal do ónus para obtenção da licença. Ela não podia requerer a licença de viagem sem o respectivo assentimento ou sem uma prova em que ele se encontrava ausente de casa. É neste contexto que as cartas documentam e testemunham a mobilidade do homem, sendo exibidas por algumas senhoras na obtenção do passaporte, sem que houvesse menção expressa do esposo ao embarque da família ou a qualquer autorização legal.

As obrigações profissionais do emigrante, contraídas no local acolhimento, resultam numa indisponibilidade para deixar o trabalho e regressar casa. Outros adiam o refluxo devido à existência de negócios inadiáveis e com perspectivas de bons resultados financeiros. Estas situações impeditivas são frequentemente assinalados para cativar a esposa e, por vezes, emergem dum caldo onde se mistura a doença da saudade da família mas, acima de tudo, a falta dos afectos da companheira é uma das principais razões para estas travessias. O recurso a expressões para sensibilizar a mulher a deixar os aposentos e a quebrar os laços mantidos com a aldeia, especialmente com os bens imóveis, a casa, os campos, o gado, o moinho e as redes de sociabilidade criadas na paróquia, eram fórmulas a que recorriam estes patrícios “exilados”.

O emigrante manifesta frequentemente sentimentos de desagrado face ao adiamento da viagem da esposa, teimando em não sair da terra. Ele tenta convencer a consorte com recurso a um quadro imaginário, sem clarificar as situações a que se refere, como o seguinte: «Clara, me tem admirado de você não querer vir para a minha companhia, se soubesse a minha vida já tinha vindo». Os discursos são mais influentes com o envio de «sessenta mil réis e [quando] aí ele chegar venha já». ⁵² O dinheiro era uma arma para convencer o sexo feminino a seguir para junto do homem que anuncia, como última oportunidade, uma oferta de embarque e sublinha com veemência: «não peço mais», porque é a derradeira oportunidade, uma forma de ultimato para ela deixar o Minho.

Os compromissos assumidos que obrigavam a ficar no Brasil vários anos ou as diferenças de câmbios, com perdas evidentes na conversão de réis em libras

⁵² *Processo do Passaporte* n.º 297, datado de 4 de Julho de 1893.

para serem movimentadas em Portugal, contribuía para que ele se visse na necessidade de permanecer afastado dos parentes mais tempo do que seria imaginado,⁵³ privando-se desse calor humano e alegrias que só a família sabe proporcionar no conforto do lar.

A decisão do marido em não regressar a Portugal parece ser indómita, quando as conjunturas económicas e cambiais são desfavoráveis, não permitindo benefícios financeiros capazes de proporcionar o bem-estar almejado e uma vida melhor em Portugal. Tais quadros não aconteceriam se estivessem juntos, argumentavam alguns. O sucesso nas terras de Vera Cruz era garantido para quem desejava fugir à miséria, atestam outros. Todavia, sentiam e transmitiam os efeitos físicos e psicológicos da separação da família e das companheiras que insistiam em continuar a viver no Minho. As motivações pragmáticas descritas contrapõem-se ao apego da mulher à casa, ao sítio onde vivia e tinha o património.

A saudade e a necessidade de apoio presencial e afectivo da esposa levaram a alterações comportamentais, perante as atitudes de transmitir o desejo de estar junto da dama que tinha desposado. Descrito como um «grande peso que tenho na alma por ver-me tão longe da minha pátria»,⁵⁴ afastado da consorte e dos filhos que «são as prendas que mais adoro»,⁵⁵ sente-se no emigrante o desconforto do “divórcio” físico, embora fosse recompensado pela ideia de um dia obter um património apreciável para legar aos descendentes, objectivo que os levava a fazer tão duros e tão grandes sacrifícios.

A solidão satura, o afastamento provoca dor, o sofrimento torna-se insuportável e todos estes tormentos estão enunciados com intensidade na correspondência, onde a expressão «estou farto de estar só...»⁵⁶ sintetiza a escrita da saudade decorrente da diáspora.

⁵³ «Vou dizer-te que por estes três anos eu não poderei ir ver-lhes (sic), porque as minhas ocupações são muitas Tenho quatro carros de aluguer com cavalhadas (sic), cinco embarcações de fretes, é dizer que se ocupa de carregar de mercadorias para o comércio e agora estou por comprar um vapor que me custará oito contos, para bem de facilitar a navegação». *Processo do Passaporte* n.º 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

⁵⁴ *Processo do Passaporte* n.º 712, de 31 de Outubro de 1896.

⁵⁵ «Estou trabalhando para um dia poder oferecer-te um bem-estar e um património para os nossos filhos». *Processo do Passaporte* n.º 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

⁵⁶ «Eu mesmo já te tenho dito que já estou farto de estar só e que isto me embaraça muito». Carta do *Processo do Passaporte* n.º 223, firmado a 2 de Junho de 1892.

A separação muito prolongada conduz a um outro tipo de postura para com a esposa,⁵⁷ a quem é suplicado que deixe os haveres, a casa e a aldeia, e que se dirija para o Brasil, porque o afastamento será longo e poderá durar seis ou mais anos. A declaração de impossibilidade de abandono do lugar de destino no médio prazo, cujo período de desunião do casal excedeu os projectos iniciais,⁵⁸ dava resultados; elas acediam a agregar o lar no Brasil.

O afastamento de casa e outras circunstâncias propiciavam novas relações amorosas e mesmo a constituição de laços familiares ilegítimos, se elas resistissem ao embarque. Perante estes contextos, era feito um pedido veemente à consorte, que «vá sem falta»⁵⁹ para o Brasil. Estes gestos, reveladores de momentos de grande angústia de quem tinha o futuro afectivo hipotecado, ao descobrir que ficara impedido de viver com os seus familiares, especialmente os do domínio nuclear, revelam traços de mentalidades e compromissos com valores sociais, morais e familiares assumidos pelo casamento. Também os afectos emergem dos escritos populares com fortes cargas de emoção, com o objectivo de dissuadir a esposa a deixar a miséria em que vivia, para se associar a um projecto económico de sucesso, especialmente pensado para os descendentes.

Entre os argumentos do emigrante estão o isolamento, as carências amorosas e a falta de amparo nos momentos de doença,⁶⁰ além do auxílio nas lides domésticas, asseio da casa,⁶¹ com destaque para a área da cozinha, que continuava a ser tarefa do sexo feminino, porque o homem precisa de uma senhora em casa, respondiam alguns. Também o almejo transmitido pelo marido aparece à mistura com a sedução pela «terra muito bonita» que é o Brasil, acrescida da particula-

⁵⁷ «Só cá estou há três anos e tenho de estar mais outros três anos que é que hei-de fazer». Carta do *Processo do Passaporte* n.º 93, datado de 3 de Março de 1892.

⁵⁸ A duração deste afastamento vem indicada como “ir por três ou quatro anos”, mas a verdade é que muitos duplicaram o tempo ou fixaram-se definitivamente, dando origem aos emigrantes invisíveis na actualidade.

⁵⁹ «Minha esposa, peço-te o favor que venhas para a minha companhia, que eu em três ou quatro não posso ir a essa terra e é a razão e em te mandar vir para a minha companhia e que venhas sem falta». *Processo do Passaporte* n.º 297, datado de 7 de Abril de 1893.

⁶⁰ Firmino Cândido Antunes, ao solicitar apoio a Francisco Bento Portela, para ajudar a esposa a obter passaporte, frisa este estado de solidão porque «aquí me vejo só, sem ter quem me trate quando esteja doente». Carta do *Processo do Passaporte* n.º 654, emitido em 25 de Dezembro de 1897.

⁶¹ «Maria, querida esposa, peço-te [por] que preciso que você venha aqui para o Brasil para a minha companhia, porque preciso aqui muito de você. Eu esto trabalhando na lavoura. Preciso muito de quem me dê asseio em casa porque faltando uma mulher em casa falta tudo. Nem, por desgraça, tenho quem me cozinhe, nem quem me trate do que mais é preciso». *Processo do Passaporte* n.º 54, concedido 1 de Dezembro 1895.

ridade de haver boas áreas de solo para cultivo à disposição de todos, com «grande sachar» e ainda espaço para «belos jardins», ingredientes e estratégias discursivas que encantavam qualquer minhota.⁶² A produção de café, na década de noventa, era animadora para o trabalho de lares completos,⁶³ o que levou alguns casais a reunir todo o agregado, porque «hoje dá mais ganho e em três ou quatro anos não posso lá ir [...] que aqui se ganha bom dinheiro principalmente vindo famílias inteiras».⁶⁴ O novo modo de vida oferecido à família emerge dum cenário idílico e próximo do paradisíaco, «pois a minha vida aqui leva-se melhor do que aí».⁶⁵ Assim, toda a gente da casa devia beneficiar desta oportunidade e submeter-se à vontade do varão, porque «quero que tu venhas para cá».⁶⁶

A rogação apresentada com o espectro da subjugação, como se expressa no «pedir-te encarecidamente [...] que viesses para a minha companhia porque me fazes muita falta e [porque] eu desejava ver-te para sempre à minha beira e por isso peço-te que venhas o mais breve possível»,⁶⁷ mostra o estado de angústia de quem sentia a amargura e o sofrimento provocado pelo desterro e, acima de tudo, de quem estava afastado dos descendentes.⁶⁸

A saudade, identificada como doença profundamente sentida, também é usada para convencer a mulher a fazer as malas, quando esta transmite sinais de tristeza e depressão. O marido exhibe os mesmos sintomas patológicos, dizendo

⁶² *Processo do Passaporte* n.º 560, datado de 27 de Abril de 1891.

⁶³ Desde a segunda década de oitocentos, a produção de café atinge índices elevados e ganha espaço próprio nas exportações brasileiras, porém, foi depois de meados da centúria que as terras paulistas sentiram maior transformação, de forma a atingirem os maiores valores em 1881/1890, como sintetizam M.^a B. Nizza da Silva, C. M. Westphalen e M. Graf, *História do Brasil, Colônia - Império - República*, Porto: Universidade Portucalense, 1991, pp. 91-92. Ver também, entre outros, relativamente ao período da República, B. Bennassar e R. Marin, *História do Brasil*, Lisboa: Teorema, 2000, pp. 277-84. Para uma perspectiva globalizante consultar Hélio Viana, *História do Brasil*, 15^a ed., São Paulo, Melhoramentos, 1994. Para uma visão relativamente aos finais da década de oitenta do século XIX, veja-se uma fonte importante organizada por M. F. J. de Santa-Anna Nery (dir.), *Le Brésil en 1889, avec une carte de l'Empire en Chromolithographie, des tableaux statistiques, des Graphiques e des Cartes*, Paris: Librairie Charles Delagrave, 1889.

⁶⁴ Documento do *Processo do Passaporte* n.º 310, emitido em 7 de Abril de 1893.

⁶⁵ *Processo do Passaporte* n.º 325, datado de 2 de Março de 1891.

⁶⁶ IDEM, *ibidem*.

⁶⁷ *Processo do Passaporte* n.º 721, datado de 20 de Outubro de 1888.

⁶⁸ «Lembranças de amor para nossa filha». *Processo do Passaporte* n.º 500, emitido em 20 de Setembro de 1898.

que não há quem receite para tais maleitas, por isso, o médico «não me deu remédio nenhum e a tua doença há-de ser saudades de mim». Os problemas decorrentes destas enfermidades resumem-se à nostalgia do ambiente nuclear.⁶⁹ Só a ida da esposa para junto do homem seria capaz de gerar novo lenitivo ao casal afectado por tão profunda melancolia, pois os sentimentos de ambos os sexos eram comuns e circulavam através das ligações de papel e tinta. Os dois actores tudo tinham a ganhar com a reunificação do lar. Mesmo assim, ela nem sempre reagia de imediato à estratégia do esposo, se considerarmos que, neste caso, o passaporte foi requerido passados cerca de dois anos após a recepção da epístola usada para aquisição dos documentos de viagem.

As cartas mais emotivas vêm carregadas de um sentimento profundo, visível em descrições repletas de sofrimento, acompanhadas do choro provocado pela mágoa de quem estava longe e sentia necessidade do calor do lar unido em torno do cabeça-de-casal, para uma vida com problemas minimizados,⁷⁰ especialmente na área da saúde.

A consciência de que a opção pela via da diáspora, para resolver problemas económicos e financeiros, provocava uma separação insustentável e infernal ficou patenteada numa das missivas de Joaquim António Pinto,⁷¹ ao chamar a jovem esposa para sua companhia. Este apelo foi prontamente atendido, tendo ela preparado a documentação de viagem com celeridade e emigrado para junto do cônjuge.

Alguns emigrantes, para provocar o embarque do sexo feminino, sem um autoritarismo evidente, indicavam as boas condições de vida no Brasil ou optavam por uma repetida e insistente lembrança para «saber se tu tens vontade de vir para minha companhia». Outros frisam que não voltam a pedir esta aproximação, porque se tratava da derradeira oportunidade para estas senhoras.⁷² Estes gestos, em jeito de ruptura matrimonial devido à situação criada pela teimosia

⁶⁹ Documento do *Processo do Passaporte* n.º 192, emitido em 30 de Maio de 1894.

⁷⁰ «Lanço mão à pena cheio de lágrimas nos meus olhos para saber da tua saúde, juntamente na companhia do nosso menino». *Processo do Passaporte* n.º 717, emitido em 8 de Julho de 1895.

⁷¹ «Para vivermos separados um do outro não tem jeito», porque eram duas crianças, no dizer do marido. Ela tinha 18 e ele 23 anos. Cf. *Processo do Passaporte* n.º 414, emitido em 19 de Setembro de 1892.

⁷² «É ocasião de tu vires, se tu agora não vieres nunca mais cá vens». *Processo do Passaporte* n.º 507, emitido em 25 de Setembro de 1897.

da esposa resistente às pressões do marido, circularam em vários “papéis”. A insistência é sublinhada mais de uma vez, para saber se a esposa desejava ou não associar-se ao projecto de vida longe da terra natal, porque «eu já [...] mandei para aí duas ou três cartas e não tive resposta e agora escrevo-te esta para vires cá para o Brasil, para a minha companhia [...] sem falta nenhuma».⁷³ Tratava-se de uma imposição à qual elas dificilmente podiam obstar, onde as consequências matrimoniais estão patenteadas e só lesariam a mulher, se insistisse em manter-se na aldeia.

Tais comportamentos —por um lado a mulher que se sente presa aos ascendentes e aos bens da terra onde viu a luz do dia, por outro lado ao marido que prevê, como consequência, uma vida de “divorciado” pela força do afastamento de casa— são uma ameaça séria e conduziriam a uma ruptura definitiva. A consorte corria o risco de ver destruída a ponte de contacto escrito com o cônjuge, de perder o rasto do marido, separando-se definitivamente, por iniciativa dele.⁷⁴ As responsabilidades morais e as consequências que advinham da teimosia feminina eram atribuídas à esposa,⁷⁵ porque ela continuava a anunciar o embarque para o Brasil, mas não cumpria, sentindo-se o marido, desta forma, um homem enganado.⁷⁶

Também as questões de ordem económica emergem destes cenários, quando é importante valorizar o trabalho doméstico, especialmente as capacidades laborais da mulher remunerada e, no caso de ser um emigrante casado, o elemento feminino era

⁷³ De novo estamos perante uma saída que medeia mais de seis meses entre a escrita da missiva e a obtenção do passaporte. Cf. *Processo do Passaporte* n.º 504, emitido em 23 de Setembro de 1897. Além deste caso, outras situações idênticas aparecem descritas, como « Isabel, eu há dois meses que te escrevi uma carta para tu vires para a minha companhia a mais os nossos filhos. Passados poucos dias depois eu escrevi outra, porém nem de uma nem de outra tive resposta. Desejava saber o que é isto. Eu todos os dias estou esperando por ti e pelos meus filhos, pois se ainda não saíste daí, logo que esta recebas sai já, sem mais demora para a minha companhia» Documento do *Processo do Passaporte* n.º 295 emitido em, 11 de Julho de 1892».

⁷⁴ «Se não vieres, nunca mais que tu vês carta minha, nem tão pouco a mira». *Processo do Passaporte* n.º 374, emitido em 13 de Julho de 1897.

⁷⁵ «Se eu um dia fizer o que aqui te digo culpada és tu». *Processo do Passaporte* n.º 374, emitido em 13 de Julho de 1897.

⁷⁶ As palavras são claras e reforçadas com a expressão: «quando não, não me enganes». *Processo do Passaporte* n.º 374, emitido em 13 de Julho de 1897. Esta carta tem a particularidade de possuir dois destinatários, o sogro de José Joaquim Fiúza, que parece contribuir para as atitudes da filha, Rosa Carreira, que teimava em adiar a partida, embora várias vezes tivesse escrito a dizer que ia embarcar: «Meu sogro, eu estou prevenido para qualquer hora que ela venha que eu ainda não sei em que vapor ela vem e já houve cartas dizendo que ela vem». *Processo do Passaporte* n.º 374, emitido em 13 de Julho de 1897.

muito útil, substituindo a mão-de-obra de outras damas, que ganhavam um bom ordenado, pois auferiam diariamente 1000 réis.⁷⁷ Não havia melhor argumento para convencer a consorte a embarcar. A esposa vaticina os efeitos da liberdade, ao usufruir de um vencimento muito elevado, substituindo as funções de outras trabalhadoras a quem o marido tinha de remunerar os serviços.⁷⁸ Quer as tarefas domésticas quer os afazeres assalariados eram assinalados por eles como um meio para a autonomia feminina. Com a chegada da família, certas actividades passavam a ser assumidas pelos elementos mais próximos e especialmente por membros do respectivo lar. Perante tais argumentos, era convencida a companheira a associar-se a um projecto onde todo o núcleo doméstico tinha benefícios, porque o ónus da gestão da casa e a importância do sexo feminino neste contexto passaram a ser reconhecidos e valorizados pelos emigrantes que tinham de cozinhar, lavar a roupa e coser as meias, reconhecendo-se a importância destas responsabilidades dentro do lar, como alguns sublinham. Trata-se de uma mudança de mentalidades.

Este quadro é reforçado com o espectro dos conflitos entre parentes, vividos pela esposa, a quem a sogra e a mãe maltratavam fisicamente por questões de “dinheiro”.⁷⁹ O marido aproveita tais acontecimentos e apresenta-os como argumentos incontornáveis, válidos e contundentes para que a jovem abandonasse a casa onde vivia, seguindo com os filhos para a outra margem.

Ela, por vezes, desejava mais o retorno do homem do que tomar o vapor para embarcar rumo à América, divulgando entre familiares, colegas e vizinhas que estava a preparar a recepção ao homem. Este comportamento evidencia um indicador de ascensão social, pois tinha, no imaginário dela, o regresso do seu *brasileiro* à aldeia, com posses bastantes para ostentar uma vida melhor, à sombra dos proventos auferidos na terra de destino. Mas o emigrante é mais pragmático e adia a viagem de

⁷⁷ Este valor é muito aliciante, se considerarmos que no ano de 1899, no concelho de Monção, um mestre de barbeiro ou o de funileiro auferia cada um, diariamente, 100 réis. Cf. AGC, pasta 473, doc. 20 «Nota do preço medio dos salarios dos operarios das diferentes artes e officios [...] 1 de Fevereiro de 1899». AGC, pasta 193, maço 29., doc. s.n. «Mappa do preço médio dos salarios dos operarios no anno economico de 1861 a 1862».

⁷⁸ «Eu preciso muito de ti, que estou pagando a duas mulheres 1000 [réis] cada dia e se tu o possas ganhar precisas vir antes de eu mandar o dinheiro». *Processo do Passaporte* n.º 429 datado de 27 de Agosto de 1890.

⁷⁹ *Idem, ibidem*. «Aqui aceitei homens que vira e já estão no meu serviço e me contassem que a tua e minha mãe te tinha[m] dado muitas pancadas por causa do dinheiro».

retorno, ao prolongar o projecto de fixação no Brasil por mais dez anos.⁸⁰ Perante esta decisão, a “cara-metade” prepara-se e embarca, porque o esposo estava estabelecido, era proprietário de uma oficina, tinha adquirido aposentos próprios e criara condições de acolhimento para a sua senhora e família. Noutros casos, porque eles estavam impedidos de interromper o mester durante vários anos, devido aos compromissos profissionais com que arcavam,⁸¹ elas compravam o bilhete do vapor e partiam, depositando estas memórias escritas nos arquivos oficiais.

A existência de condições de vida ímpares, a perspectiva de um trabalho por conta própria em actividade capaz de albergar o núcleo doméstico, além de ter amigas, parentes, compadres e até os filhos naquela terra, poucas alternativas deixavam a quem geria o património e as remessas vindas do Brasil. Ou ficar sozinha na aldeia, privada do conforto de uma vida melhor junto do marido, agora proprietário, ou não perder tempo, fazendo as malas logo que recebesse a tão desejada carta. Assim, elas juntavam-se a outros parentes e atravessavam o Atlântico, tendo muitas optado pela fixação definitiva em terras de Vera Cruz.⁸² Este modelo de emigração feminina criou raízes no Brasil, cuja imagem se opõe à do homem que alimentava a ideia de retorno e investiu nas exóticas e coloridas casas, a arquitectura “brasileira” existente por todo o Norte de Portugal.⁸³

SABORES, GASTRONOMIA E SAUDADE

As notas sobre os complementos de dieta para suprir carências alimentares durante a viagem são parcimoniosas. A correspondência permite-nos traçar um

⁸⁰ «Enquanto tu dizeres-me que a tua prima que se está preparando para vir e tu dizes-me que te estás preparando para a minha chegada, podes esperar mais de dez anos ou mais». Carta do *Processo do Passaporte* n.º 154, emitido em 20 de Março de 1897.

⁸¹ «Vou dizer-te que por estes três anos eu não poderei ir ver-lhes (sic), porque as minhas ocupações são muitas». *Processo do Passaporte* n.º 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

⁸² «Saberás que já estou estabelecido com uma oficina e casa para tua chegada, mas como tu não queres vir eu não te obrigo já. Mais, aqui estás [na] tua casa, ninguém te vota fora». Esta fase, a da passagem de empregado a proprietário, da mesma forma como acontecia com o caixeiro e o comerciante, parece ser de difícil alcance, como se infere da forma usada para denotar veracidade nas palavras de João Fernandes Ribeiro, que confirma através do cartão de impresso: «Estou com um sócio que é de Santa Marta, chamado Neves. Para mais verdade mando-te o meu cartão». *Processo do Passaporte* n.º 154, emitido em 20 de Março de 1897.

⁸³ «Para eu a ir fazer, a tal dita lata[da], planta as videiras porque vão medrando». *Processo do Passaporte* n.º 282, emitido em 9 de Março de 1895.

quadro de referências relativo a determinados aspectos da gastronomia, quer através de alimentos solicitados pelos homens, quer pelas encomendas recebidas no destino. Noutros casos, os maridos dão sugestões às consortes para se acautelarem e compensarem as privações com que se defrontarão no vapor.

As dificuldades sentidas no alto mar, como inexistência de uma alimentação ao gosto de alguns emigrantes e, especialmente, na luta contra o enjoo,⁸⁴ são recordadas em muitas missivas. O receituário, para obviar tais inconvenientes, é feito à base de chás. As preocupações mais sublinhadas estão associadas a problemas de fastio, na fase de adaptação ao mar e no decorrer da navegação. Tudo poderia ser resolvido, de acordo com a experiência dos maridos, recorrendo a bebidas feitas com «paus de limões»⁸⁵ ou através da ingestão de um bocado de genebra. Se o vinho e o chá são recomendados para os adultos, as crianças tinham nos biscoitos um suplemento de dieta.⁸⁶ Para essa inapetência, além de líquidos de vária espécie, era importante o recurso ao açúcar e outros víveres adquiridos na capital⁸⁷ antes da partida.

Outra solução, certamente só ao alcance dos mais abastecidos financeiramente, consistia em prevenir-se com algum dinheiro para a travessia, de forma a acautelarem hipotéticas privações ou mesmo através de comestíveis adquiridos quando se embarcava.⁸⁸

Os maiores problemas ocorriam nos primeiros dias,⁸⁹ especialmente para quem viajasse em terceira classe, onde o tratamento e alimentação imprimiram recordações

⁸⁴ «Quando fores para bordo previne-te com alguma coisa por causa do enjoo, como eu trouxe». *Processo do Passaporte* n.º 223, datado de 10 de Julho de 1885.

⁸⁵ «Arranjarás uns paus de limões para tomar pelo mar, por causa do fastio». *Processo do Passaporte* n.º 143, datado de 12 de Março de 1898.

⁸⁶ «Compra para a tua viagem um bocado de açúcar e chá e biscoitos e algumas garrafas de vinho para o teu sustento em viagem». *Processo do Passaporte* n.º 721, datado de 20 de Outubro de 1888; «Acho conveniente trazeres para o vapor genebra por causa do enjoo e também alguns biscoitos para as crianças, porém traz separados das malas». *Processo do Passaporte* n.º 193, emitido em 12 de Março de 1896.

⁸⁷ «Em Lisboa, antes de se embarcar, compram-se três ou quatro quilos de biscoitos, uma garrafa de genebra para os primeiros dias, [por]que o estômago enjoa». *Processo do Passaporte* n.º 608, emitido em 5 de Outubro de 1896.

⁸⁸ «É preciso [...] prevenires-te bem de dinheiro e algo mais, porque podes enjoar, por isso é preciso». *Processo do Passaporte* n.º 674, emitido em 24 de Outubro de 1896; «Não entres com necessidade no vapor, [...] o teu padrinho [...] que vá tirar o dinheiro que eu lhe saberei agradecer». *Processo do Passaporte* n.º 414, emitido em 19 de Setembro de 1892; «Compra alguns comestíveis em terra para comeres no mar por causa do jejum». *Processo do Passaporte* n.º 213, emitido em 29 de Abril de 1897.

⁸⁹ «Não tenhas medo ao enjoo porque isso é só coisa de dois ou três dias, durante a viagem». *Processo do Passaporte* n.º 545, emitido em 8 de Outubro de 1897.

negativas a quem sofreu destas carências.⁹⁰ O mesmo não era tão sentido por quem viesse «na câmara à primeira mesa».⁹¹ Aqui, nada faltava e estava-se afastado de quadro de preocupações onde a aquisição de alimentos, antes de entrar no vapor,⁹² era transmitida pelos maridos. Mesmo assim, os maridos/pais emigrados recomendavam especial atenção à dieta das crianças, mais sensíveis à travessia do Atlântico.

O modelo gastronómico, transmitido pelos homens nas missivas quando solicitam víveres específicos como vinho, frutos secos, fumeiros e enlatados, exhibe-nos imagens e estruturas de afectos culturais ligados à terra natal. Estes hábitos alimentares são reveladores da saudade pois mantêm, no imaginário emigrante, referências a gostos e recordações das vivências domésticas na aldeia de onde partiram.

As festividades, como a Páscoa, são os momentos mais apropriados para celebrarem o reencontro, à maneira do Minho, com um «barril de vinho», salpicões ou chouriços para um bom jantar, quer enlatados em conserva de azeite, quer embrulhados em «tela», próprios do cozido à portuguesa.⁹³ A cultura gastronómica era alimentada através de remessas de peixe, como lampreias, sável de escabeche e congro, levadas por colegas, amigos e sob registo nas embarcações.⁹⁴ O vinho era despacha-

⁹⁰ «Não contes com a comida a bordo». *Processo do Passaporte* n.º 721 datado de 20 de Outubro de 1888: «Não quero que venhas na terceira porque o tratamento é muito mau». *Processo do Passaporte* n.º 429 datado de 7 de Agosto de 1876

⁹¹ «Vens na câmara à primeira mesa, não precisas de trazer nada de comida, só se for alguma coisa para dares pelo mar à pequena». *Processo do Passaporte* n.º 93 em nome Margarida Luísa Rosa, emitido em 19 de Julho de 1865.

⁹² Há relatos de camponeses espanhóis que se abastecem com produtos e os vendem na hora da partida, como processo para obtenção de lucro, cobrando bom preço, como se vê em Pérez Murillo, *Cartas de emigrantes*, p. 63. Este quadro também devia acontecer em Lisboa, onde se adquiriam produtos antes do embarque, porém nas epístolas aqui apresentadas não temos referências a esta estratégia.

⁹³ «Traz um barril de vinho que é para a Páscoa». Documento do *Processo do Passaporte* n.º 83 emitido em 28 de Janeiro de 1893. Sobre carregamentos para exportação, temos referências noutra correspondência, a de um emigrante retornado, que mantém comércio com o Brasil, através de vários correspondentes. «Amanhã vou dar princípio à medição do vinho e tenciono, em poucos dias, dar o barco carregado». Cf. apêndice documental, grupo II- doc. 13, Carta de A. José Carvalho a José Augusto Palhares Malafaiá; «Traz me algum salpicões». Documento do *Processo do Passaporte* n.º 707 emitido em 5 de Julho de 1895; «Podes trazer uns poucos de chouriços para fazermos aqui um jantar, mas mandas fazer uma lata ao latoeiro bem soldada para que eles não se derretam e também me trazes mais quatro nas telas, iguais aos que me mandaste». *Processo do Passaporte* n.º 421, emitido em 13 de Agosto de 1897.

⁹⁴ «Recebi as lampreias que lhe agradeço». *Processo do Passaporte* n.º 47, emitido em 22 de Fevereiro de 1869; «Ela [...] me entregou uma lata com sável de escabeço». *Processo do Passaporte* n.º 546, emitido em 8 de Outubro de 1897; «No tragas nada, so se for um vedação de congro». Carta enviada do Buenos Aires, *Processo do Passaporte* n.º 537, emitido em 11 de Setembro de 1896.

do com frequência para o Brasil⁹⁵ ou seguia sob a responsabilidade dos passageiros, quando podiam levá-lo sem outros encargos.⁹⁶ O azeite, figos, avelãs e outros frutos secos, além dos pinhões, figuram entre os sabores e os pedidos feitos pelos homens às esposas.⁹⁷ Também os produtos cultivados na aldeia como a salsa, o melão, o cravo, a chila, a abóbora, o pepino chegavam às terras do Brasil, sob a forma de sementes, pela mão dos nossos patrícios.⁹⁸ Sublinhavam a preferência por produtos de boa qualidade.⁹⁹ Desta forma, reproduziam-se os sabores, o cheiro e todo o colorido da gastronomia do Minho e da Galiza, onde os enchidos tinham um lugar de destaque e os cozidos marcavam presença em momentos de celebração festiva.

Deprendemos que havia uma preocupação em reconstituir cenários agrícolas idênticos aos da terra natal, através das pequenas hortas como no Minho, onde as couves, os tomates, o feijão verde, o nabo, a alface, o melão, a melancia, toda a sorte de «vagas [...] fruta, cebola»¹⁰⁰ e mesmo a salsa figuravam, qual perfume da saudade, no imaginário do nosso emigrante, reconstruindo nichos da cultura minhota, mantendo tradições e hábitos culturais.

⁹⁵ A imprensa regional, especialmente o jornal *A Aurora do Lima*, apresenta-nos muita informação relativa às exportações de vários produtos que seguiam para o Brasil, entre eles o vinho, porém temos uma visão da exportação geral e oficial em Miriam Halpern Pereira, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983 [2ª ed.], pp. 228-32. Ver, também, para o período: Pedro Lafins, *A Economia Portuguesa no Século XIX*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1995, pp. 177-81.

⁹⁶ «Ana, passagem são 27\$000 e se [o] Manuel despachar o vinho a São Paulo ou Santos, então que despache e senão escreva para Lisboa ao Manuel Carneiro de Sá e ele já me disse que despachasse o vinho para estação de Santa Apolónia que ele punha a bordo sem pagar direitos, mas isto só informando com ele». *Processo do Passaporte* n.º 634, concedido em 13 de Novembro de 1894.

⁹⁷ «Raquel, peço-te, se for a tempo, que me mandes uma pinga de azeite». *Processo do Passaporte* n.º 329 registado em 3 de Abril de 1899; «Compra pinhões ou pinhas para trazeres uma saca deles para os pequenos que é o mais que eles desejam, porque não temos cá disso, [...]». Se houver por aí figos pretos compra uma seira de 4 arráteis e alguma fruta que possa chegar sã, avelã ou assim umas coisas para os pequenos, [...], não é por elas não terem tudo que desejam». *Processo do Passaporte* n.º 241 datado de 1 de Abril de 1884.

⁹⁸ «Traz-me sementes de nabo, melancia, melão, damasco, couve-flor, penca, repolho, marçiana, abóbora menina, chila, pepino, centeio ½ quatro (?) e o que peço na carta do pai ». Documento n.º 98, carta de Eduardo Augusto Martins à esposa, Rosa das Dores Sousa, de Cristelo, *Processo do Passaporte* n.º 177, emitido em 18 de Maio de 1894; «Tu traz-me também isto que eu te mando pedir, traz um pouco de semente de salsa e melão e jerimu e manjerição e cravo e outras plantas que tu possas arranjar». *Processo do Passaporte* n.º 37, emitido em 28 de Janeiro de 1897.

⁹⁹ Manda «sementes [de] couve galega, alface, couve, nabo, feijão e semente de tomates [de] qualidade [g]rande». Documento do *Processo do Passaporte* n.º 647, emitido em 31 de Dezembro de 1892.

¹⁰⁰ «Traga [...] vagas de tudo, fruta. Traga azeite, vinagre, cebolas». *Processo do Passaporte* n.º 297, datado de 4 de Julho de 1893.

CONCLUSÃO

O estudo dos documentos epistolares oferece-nos novas perspectivas sobre a diáspora oitocentista e faz emergir um conjunto de atitudes e gestos pouco visíveis, como o da pressão do marido ou da esposa para refazer a vida do casal em terras de Vera Cruz, na impossibilidade do emigrante regressar com celeridade ao espaço doméstico.

Os que partiram e deixaram o lar entregue à consorte registaram as ansiedades, anotaram as dívidas contraídas com o processo migratório, apontaram os problemas financeiros, referenciaram o património e as estratégias de vida em várias cartas endereçadas à família. Por esta via, tivemos acesso a quadros de sociabilidade com o escrito e da vida privada, dando a conhecer sentimentos e revelando a evolução das mentalidades, mas também descobrimos os novos papéis assumidos por ambos os sexos, quando ficaram afastados fisicamente a gerir patrimónios e saudades mútuas.

As pontes virtuais, por onde circulavam os intercâmbios escritos entre quem partiu e os parentes, eram percorridas à velocidade das embarcações, mais demoradas nos veleiros e mais aceleradas nos vapores. O tempo necessário para se obter a resposta a alguma questão ou a solução para qualquer problema era cerca de mês e meio na segunda metade de oitocentos. Nesta fase, a correspondência chegava de uma a outra mão, em menos de vinte dias. Assim, o marido, depois de dar instruções para o embarque, sabia que eram suficientes trinta dias para a esposa obter um passaporte e iniciar a travessia. Mas, muitas mulheres foram resistentes ao abandono da casa e só decidiram sulcar o oceano um ano mais tarde, após a escrita da carta usada como prova de anuência de homem.

O bom relacionamento entre o casal nem sempre era uma realidade, como o afirmam alguns maridos. Eles queixavam-se da ausência de resposta e de falta de notícias sobre a vida na aldeia, levando-os a reclamar missivas com as novidades da terra, para terem conhecimento das decisões tomadas sobre os haveres existentes na paróquia, como forma de manterem uma presença virtual nas relações de vizinhança e de sociabilidade. Se havia casos de constante permuta destes elos de papel e tinta, outros deixavam perceber que o silêncio prolongado era uma realidade amarga e muito contrastada, quer para o emigrante que se encontrava afastado dos mais queridos, quer para as companheiras que tinham ficado na

terra a cuidar dos filhos e de todos os haveres, gerindo todo o quadro da domesticidade sem a presença física do marido e sem as remessas que muito desejavam.

O género feminino emerge deste corpo documental em vários contextos domésticos e mesmo sócio-laborais. A lavoura era a principal ocupação destas heroínas. Há referências à fiação, labores e carretos de lenha, tudo proporcionava um complemento remuneratório. Mas, ela assumia a difícil tarefa de tratar do património e arcava com o ónus da educação dos filhos, muitas vezes sem conseguir uma gestão dos problemas da puberdade dos descendentes, devido à ausência de autoridade masculina.

Se cabia à mulher a decisão final de sair ou não, adiar a viagem ou partir com celeridade, muitas tomam a iniciativa da fuga para os braços dos maridos e servem-se de um simples bilhete para fazer prova da ausência do homem. Outras, tendo consciência das suas capacidades para a gestão plena do património imóvel e financeiro, resistem anos às saudades, sendo recompensadas com a assunção aos papéis de chefia da casa. As motivações para a reunificação da família nuclear ora cabem ao marido ora pertencem à esposa. Alguns emigrantes aceitam com ultimatos de ruptura destas “amarras de papel”, ameaçando com a destruição de todos os pontos de contacto, provocando a separação física definitiva, como estratégia para convencer as consortes a vender a casa e os restantes bens, dirigindo-se de seguida para companhia deles. Geralmente, as resistências do género estão ligadas a sentimentos de afecto com o património imaterial, cultural e imóvel, que se contrapõem aos interesses do casal. Muitas vezes, os afectos para com parentes mais próximos, como os ascendentes, eram a causa das indefinições entre o partir para longe ou ficar perto dos pais idosos.

São poucas as descrições de casos concretos de concubinato e infidelidade, mas a suspeita está latente em determinadas cartas. Há provas de que nem só os homens tinham ligações extra-conjugais, donde nasciam os ilegítimos, como também elas foram aceites pelos maridos, apresentando-se no Brasil com crianças procriadas de relações extra-conjugais, durante a ausência do homem, porque os emigrantes estiveram vários anos sem contacto com a família.

Quando as companheiras suspeitam de infidelidade dos parceiros, fazem tudo para evitar a destruição do casamento e do lar, levando os filhos para junto dos pais/maridos. Se a infidelidade paira no imaginário de qualquer emigrante que se vê afastado de mulher, após o matrimónio, e se não é difícil conjecturar-

se sobre estes cenários, encontrámos vários testemunhos como prova de tais factos, cujos maridos, ao separarem-se fisicamente das companheiras, tomam decisões de ruptura com o lar e reorganizam a vida marital no destino, mesmo que os parentes emigrados conhecessem estes casos de adultério. A falta de correspondência e o desconhecimento do paradeiro eram suficientes para se consumar uma nova união conjugal, o que levou algumas senhoras a requerer passaporte e a emigrar com o objectivo de se reencontrarem com o cônjuge, servindo-se, para o efeito, do apoio de parentes. Estes familiares, geralmente irmãos, ao escreverem, testemunharam sobre uma realidade de adultério, o que permitiu contornar a lei, libertando as impetrantes de exibirem as respectivas autorizações porque os maridos, agora a viverem com outras jovens, nunca dariam assentimento às esposas para a obtenção da licença de viagem.

Com a diáspora das mães e dos respectivos filhos, opera-se uma nova estratégia migratória, de carácter prolongado ou mesmo definitivo, organizada através da fixação de lares completos. Quase sempre a viagem do elemento feminino, depois de ter hipotecado os haveres e ter pago as despesas ou vendido os bens, provoca a mobilidade de longa duração do sexo masculino e dá origem à evasão de famílias. A opção passa pela fixação do ambiente doméstico na terra de acolhimento, o Brasil, onde tudo investiram e construíram novo património material e cultural, transformando-se no imigrante invisível, o português que difundiu a cultura lusa e foi capaz de uma plena integração na terra de destino.

Os impressionismos da emigração do século XIX, que ainda são chavões este-reotipados, começam a ruir com recurso estudos baseados nos registos de passaportes e nas fontes processuais. As cartas foram as verdadeiras pontes de sociabilidade e de aproximação das famílias oitocentistas, separadas pelo Atlântico.